

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2022.

3.2. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Consolidação da Tauá Brasil Palma S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras individuais da Companhia e de entidade controlada diretamente pela Companhia. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada pela Companhia tem início quando a Companhia obtiver o controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o referido controle.

Geralmente há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

No caso da Tauá Brasil, a Companhia detém esta maioria conforme quadro societário abaixo e conforme determinado em acordo de acionistas:

Composição acionária	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações ordinárias	Participação (%)	Ações ordinárias	Participação (%)
Ecotaúá Participações S.A.	145.178.078	50,0000001	205.001.002	50,0000001
Belém Bioenergia Brasil S.A.	145.178.077	49,9999999	205.001.001	49,9999999
	290.356.155	(*) 100%	410.002.003	100%

(*) Percentual considerando as ações em circulação. Considerando as ações em tesouraria, o percentual seria de 35,41% para cada acionista, porém, sem prejuízo na distribuição de dividendos.

As relações entre os acionistas da Tauá Brasil são regidas por meio de um acordo de acionistas datado de 30 de dezembro de 2016. Neste acordo, fica claro que a Companhia tem direito a eleger 2 de 4 conselheiros, sendo um deles o presidente do conselho e detentor do voto de minerva. A eleição da Administração da Tauá Brasil ocorre por decisão da maioria do conselho, dando poder a Companhia para dessa forma eleger os administradores da Tauá Brasil. Para fins de divulgação, na essência, consideramos, portanto, que a Companhia detém o controle da Tauá Brasil desde a data de 01 de novembro de 2019, dessa forma apresentando as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Companhia efetua o registro de uma opção de venda conforme descrito na nota 13.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, estão compreendidas as demonstrações financeiras individuais e de suas controladas. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da controlada são consolidados aos da Companhia, eliminando as transações entre a Companhia e a sua controlada.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre a controlada, será dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores, e demais componentes patrimoniais pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, sendo certo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido na antiga controlada será reconhecido a valor justo na data em que o controle for perdido.

3.4. Base para elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

3.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua capacidade de recuperação nas operações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, determinação do valor, taxas e prazos do direito de uso e passivo de arrendamento, determinação do valor do passivo da opção de venda, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e valor justo do ativo biológico.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto quando descrito.

4.1. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 — Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

4.2. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura determinados instrumentos financeiros e determinados ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Os elementos patrimoniais avaliados a valor justo compreendem os ativos biológicos (nota 12) aos quais possuem nível de hierarquia 3.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.4. Instrumentos financeiros

4.4.1. Ativo Financeiro

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

Custo amortizado — os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado.